



MUNICÍPIO DE PANCAS

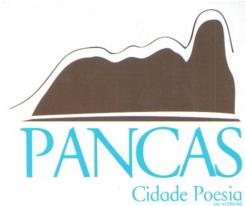
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



LEI N° 2.166, de 26 DE JUNHO DE 2024.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PANCAS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Pancas, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2025, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2025, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a PORTARIA Nº 699, DE 7 DE JULHO DE 2023 -STN.

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e consórcios que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º. Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores das Receitas e Despesas;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI-Anexo de Riscos Fiscais;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo VIII- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.



MUNICÍPIO DE PANCAS

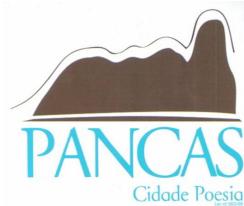
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



METAS ANUAIS

Art. 5º. Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal

- LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2025 e para os três seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2025, 2026 e 2027 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos PORTARIA Nº 699, DE 7 DE JULHO DE 2023-STN e MDF 14ª Edição.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100 e são facultativos de serem demonstrados conforme orienta o MDF 14ª Edição.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º. Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo Único. A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º. De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas e Despesas, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º. Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.



MUNICÍPIO DE PANCAS

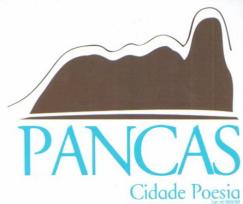
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10. Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, não contém a separação, pois o município não possui regime próprio de previdência.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11. Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter o Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 12. O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 13. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e



MUNICÍPIO DE PANCAS

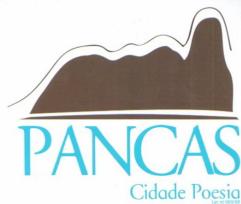
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único. De conformidade com a PORTARIA Nº 699, DE 7 DE JULHO DE 2023 - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2025, 2026 e 2027.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 15. O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 16. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2025, 2026 e 2027.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2025, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2025 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.



MUNICÍPIO DE PANCAS

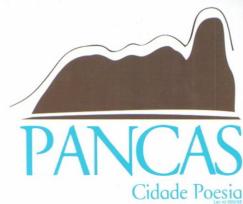
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18. O orçamento para o exercício financeiro de 2025 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Outras, que recebam recursos do Tesouro Municipal e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19. A Lei Orçamentária para 2025 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos e Consórcios, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, bem como seus anexos, todos devem estar em conformidade com as Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 20. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21. O Orçamento para exercício de 2025 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 23. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (Art. 9º e no inc. II do § 1º do art. 31 da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.



MUNICÍPIO DE PANCAS

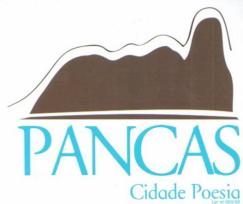
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



Art. 24. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2025, poderão ser expandidas em compatibilidade com o crescimento da receita, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2025 (art. 4º, § 2º, inciso V da LRF).

Art. 25. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo de Demonstrativo de Riscos Fiscais VI Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2025.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26. Fica o poder executivo autorizado a:

I - Destinar no Orçamento para o exercício de 2025 recursos para a Reserva de Contingência, em até 1% das Receitas Correntes Líquida orçada para o exercício de 2025.

II - Realizar Abertura de Crédito Adicionais de 30% (trinta por cento) do total do Orçamento da Prefeitura Municipal de Pancas, e a Câmara Municipal no valor de 30% (trinta por cento) do percentual aplicado sobre o valor do seu respectivo orçamento.

III - Realizar Abertura de Crédito Adicionais Suplementares:

a) destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal e encargos, de acordo com o estabelecido no Art. 66, parágrafo único, da Lei Federal 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação total ou parcial de dotações;

b) destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes à amortização e encargos da dívida pública, bem como o pagamento de Encargos Sociais e PASEP;

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência destinam-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares, através de Lei Específica (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 27. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 28. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 29. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2025 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2025, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).



MUNICÍPIO DE PANCAS

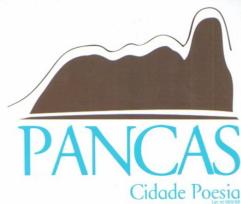
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



Art. 31. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas dos recursos recebidos, obedecendo as legislações pertinentes (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 32 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais suplementares de quaisquer recursos, para clubes e associações ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos sejam destinados a programas específicos desenvolvidos por entidades privadas, sem fins lucrativos, que atinjam seu objetivo social e, em especial, a creches e instituições de atendimento ao pré-escolar, ao idoso, às pessoas com deficiência, às entidades de proteção ao meio ambiente.

Art. 33 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam ações de interesse público, observado o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e legislação municipal vigente.

Parágrafo único - Entendem-se como ações de interesse público, as atividades voltadas para promoção e defesa de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, entre outras, conforme disposto no caput.

Art. 34. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2025, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado ou caso o Município opte pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF) e já houver ocorrido o ingresso de recursos financeiro.

Art. 37. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2025 a preços correntes.



MUNICÍPIO DE PANCAS

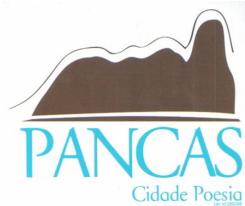
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



Art. 38. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a PORTARIA Nº 699, DE 7 DE JULHO DE 2023 -STN.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita somente por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo (art. 167 VI da Constituição Federal).

Art. 39. Durante a execução orçamentária de 2025, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2025 (art. 167, I da Constituição Federal).

Parágrafo Único. Os Créditos Especiais autorizados serão incorporados ao orçamento municipal e poderão ser suplementados ou anulados, por Decreto Municipal, dentro do limite estabelecido, desde que respeitado a fonte de recursos.

Art. 40. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2025 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42. A Lei Orçamentária de 2025 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2025, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado



MUNICÍPIO DE PANCAS

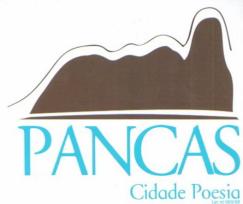
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2025.

Art. 46. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2025, Executivo e Legislativo, não excederá os Percentuais da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser de 54% (Executivo) e 6% (Legislativo).

Art. 47. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).



MUNICÍPIO DE PANCAS

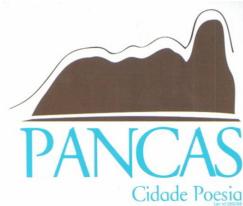
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida 13 de Maio, nº 476 – Centro – Pancas – ES

Telefone: (27) 3726-1543

e-mail: gabinete@pancas.es.gov.br

www.pancas.es.gov.br



Parágrafo Único. Poderá o Poder Executivo aplicar desconto sobre Multas e Juros incidentes sobre o valor a pagar dos créditos Tributários de Competência deste Poder Executivo. Tais descontos no entanto, não constitui Renúncia de Receita pois se compensarão com o acréscimo de arrecadação tendo em vista o aumento no número de contribuintes que estarão quitando suas dívidas.

Art. 52. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2025, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pancas, 26 de Junho de 2024.

SIDICLEI GILES DE ANDRADE

Prefeito Municipal de Pancas

Registrada e publicada na data supra:

JUARANA LOPES DA SILVA GILES

Chefe de Gabinete



AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE PANCAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
		x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100	
	(a)				(b)				(c)			
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	85.299.821,78	82.229.028,19	22,01%	111,87%	88.285.315,54	82.017.058,14	22,33%	111,87%	91.375.301,58	81.689.519,62	22,66%	111,87%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	84.039.233,28	81.013.820,88	21,68%	110,21%	86.980.606,44	80.804.983,39	22,00%	110,21%	90.024.927,67	80.482.285,34	22,33%	110,21%
Receitas Primárias Correntes	82.689.697,67	79.712.868,55	21,34%	108,44%	85.583.837,08	79.507.384,65	21,65%	108,44%	88.579.271,38	79.189.868,62	21,97%	108,44%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.707.035,56	5.501.582,28	1,47%	7,48%	5.906.781,80	5.487.400,29	1,49%	7,48%	6.113.519,16	5.465.486,13	1,52%	7,48%
Transferências Correntes	76.982.585,30	74.211.212,23	19,86%	100,96%	79.676.975,79	74.019.910,51	20,16%	100,96%	82.465.669,94	73.724.308,93	20,45%	100,96%
Demais Receitas Primárias Correntes	76,81	74,04	0,00%	0,00%	79,50	73,85	0,00%	0,00%	82,28	73,56	0,00%	0,00%
Receitas Primárias de Capital	1.349.535,61	1.300.952,33	0,35%	1,77%	1.396.769,36	1.297.598,73	0,35%	1,77%	1.445.656,29	1.292.416,72	0,36%	1,77%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	85.299.821,78	82.229.028,19	22,01%	111,87%	88.285.315,54	82.017.058,14	22,33%	111,87%	91.375.301,58	81.689.519,62	22,66%	111,87%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	84.019.661,17	80.994.953,37	21,68%	110,19%	86.960.349,31	80.786.164,51	22,00%	110,19%	90.003.961,53	80.463.541,61	22,32%	110,19%
Despesas Primárias Correntes	82.670.125,55	79.694.001,03	21,33%	108,42%	85.563.579,95	79.488.565,77	21,64%	108,42%	88.558.305,25	79.171.124,89	21,96%	108,42%
Pessoal e Encargos Sociais	41.863.401,30	40.356.318,85	10,80%	54,90%	43.328.620,34	40.252.288,30	10,96%	54,90%	44.845.122,06	40.091.539,12	11,12%	54,90%
Outras Despesas Correntes	40.806.724,26	39.337.682,18	10,53%	53,52%	42.234.959,61	39.236.277,47	10,68%	53,52%	43.713.183,19	39.079.585,77	10,84%	53,52%
Despesas Primárias de Capital	1.349.535,61	1.300.952,33	0,35%	1,77%	1.396.769,36	1.297.598,73	0,35%	1,77%	1.445.656,29	1.292.416,72	0,36%	1,77%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.978.899,09	1.907.658,72	0,51%	2,60%	2.048.160,56	1.902.741,16	0,52%	2,60%	2.119.846,18	1.895.142,48	0,53%	2,60%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	85.299.821,78	82.229.028,19	22,01%	111,87%	88.285.315,54	82.017.058,14	22,33%	111,87%	91.375.301,58	81.689.519,62	22,66%	111,87%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	84.039.233,28	81.013.820,88	21,68%	110,21%	86.980.606,44	80.804.983,39	22,00%	110,21%	90.024.927,67	80.482.285,34	22,33%	110,21%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	85.299.821,78	82.229.028,19	22,01%	111,87%	88.285.315,54	82.017.058,14	22,33%	111,87%	91.375.301,58	81.689.519,62	22,66%	111,87%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	84.019.661,17	80.994.953,37	21,68%	110,19%	86.960.349,31	80.786.164,51	22,00%	110,19%	90.003.961,53	80.463.541,61	22,32%	110,19%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	19.572,11	18.867,52	0,01%	0,03%	20.257,14	18.818,88	0,01%	0,03%	20.966,14	18.743,72	0,01%	0,03%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	39.144,22	37.735,03	0,01%	0,05%	40.514,27	37.637,76	0,01%	0,05%	41.932,27	37.487,45	0,01%	0,05%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	1.260.588,50	1.215.207,31	0,33%	1,65%	1.304.709,10	1.212.074,75	0,33%	1,65%	1.350.373,92	1.207.234,28	0,33%	1,65%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	1.280.160,61	1.234.074,83	0,33%	1,68%	1.324.966,23	1.230.893,63	0,34%	1,68%	1.371.340,05	1.225.978,00	0,34%	1,68%
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.903.399,94	6.654.877,54	1,78%	9,05%	7.145.018,94	6.637.722,59	1,81%	9,05%	7.395.094,60	6.611.214,57	1,83%	9,05%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-8.239.291,80	-7.942.677,30	-2,13%	-10,81%	-8.527.667,01	-7.922.202,66	-2,16%	-10,81%	-8.826.135,36	-7.890.565,01	-2,19%	-10,81%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-1.260.588,50	-1.215.207,31	-0,33%	-1,65%	-1.304.709,10	-1.212.074,75	-0,33%	-1,65%	-1.350.373,92	-1.207.234,28	-0,33%	-1,65%

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 – Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparéncia. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.

Parâmetros	2025	2026	2027
PIB nominal - Pancas	387.561.560,21	395.312.791,42	403.219.047,24
Receita Corrente Líquida - RCL	76.252.027,64	78.920.848,60	81.683.078,30


AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE PANCAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	58.694.122,03	16,38%	0,00%	89.121.447,11	23,46%	100,53%	30.427.325,09	51,84%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	58.383.043,18	16,29%	0,00%	76.608.717,42	20,16%	86,41%	18.225.674,24	31,22%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	58.694.122,03	16,38%	0,00%	80.590.847,68	21,21%	90,90%	21.896.725,66	37,31%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	58.224.569,05	16,25%	0,00%	80.262.257,82	21,12%	90,53%	22.037.688,77	37,85%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	58.694.122,03	16,38%	0,00%	89.121.447,11	23,46%	100,53%	30.427.325,09	51,84%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	58.383.043,18	16,29%	0,00%	76.608.717,42	20,16%	86,41%	18.225.674,24	31,22%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	58.694.122,03	16,38%	0,00%	80.590.847,68	21,21%	90,90%	21.896.725,66	37,31%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	58.224.569,05	16,25%	0,00%	80.262.257,82	21,12%	90,53%	22.037.688,77	37,85%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	158.474,13	0,04%	0,00%	-3.653.540,40	-0,96%	-4,12%	-3.812.014,53	-2405,45%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	316.948,26	0,09%	0,00%	-7.307.080,80	-1,92%	-8,24%	-7.624.029,06	-2405,45%
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.183.560,55	2,28%	0,00%	5.537.115,44	1,46%	6,25%	-2.646.445,11	-32,34%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-9.499.880,30	-2,65%	0,00%	-11.559.252,36	-3,04%	-13,04%	-2.059.372,06	21,68%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	577.192,04	0,16%	0,00%	-2.119.012,43	-0,56%	-2,39%	-2.696.204,47	-467,12%

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparéncia. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.

R\$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB nominal - Pancas	358.304.462,04	379.962.313,93
Receita Corrente Líquida - RCL	58.694.122,03	88.655.468,04


AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE PANCAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	78.399.191,99	89.121.447,11	113,68%	64.563.534,23	72,44%	85.299.821,78	132,12%	88.285.315,54	103,50%	91.375.301,58	103,50%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	76.077.941,70	76.608.717,42	100,70%	64.221.347,50	83,83%	84.039.233,28	130,86%	86.980.606,44	103,50%	90.024.927,67	103,50%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	78.260.527,27	80.590.847,68	102,98%	64.563.534,23	80,11%	85.299.821,78	132,12%	88.285.315,54	103,50%	91.375.301,58	103,50%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	78.159.264,90	80.262.257,82	102,69%	64.047.025,95	79,80%	84.019.661,17	131,18%	86.960.349,31	103,50%	90.003.961,53	103,50%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	78.399.191,99	89.121.447,11	113,68%	64.563.534,23	72,44%	85.299.821,78	132,12%	88.285.315,54	103,50%	91.375.301,58	103,50%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	76.077.941,70	76.608.717,42	100,70%	64.221.347,50	83,83%	84.039.233,28	130,86%	86.980.606,44	103,50%	90.024.927,67	103,50%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	78.260.527,27	80.590.847,68	102,98%	64.563.534,23	80,11%	85.299.821,78	132,12%	88.285.315,54	103,50%	91.375.301,58	103,50%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	78.159.264,90	80.262.257,82	102,69%	64.047.025,95	79,80%	84.019.661,17	131,18%	86.960.349,31	103,50%	90.003.961,53	103,50%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-2.081.323,20	-3.653.540,40	175,54%	174.321,54	-4,77%	19.572,11	11,23%	20.257,14	103,50%	20.966,14	103,50%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-4.162.646,40	-7.307.080,80	175,54%	348.643,08	-4,77%	39.144,22	11,23%	40.514,27	103,50%	41.932,27	103,50%
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.191.555,78	5.537.115,44	252,66%	8.183.560,55	147,79%	6.903.399,94	84,36%	7.145.018,94	103,50%	7.395.094,60	103,50%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-13.678.264,79	-11.559.252,36	84,51%	-9.499.880,30	82,18%	-8.239.291,80	86,73%	-8.527.667,01	103,50%	-8.826.135,36	103,50%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.221.615,51	-2.119.012,43	173,46%	-2.059.372,06	97,19%	-1.260.588,50	61,21%	-1.304.709,10	103,50%	-1.350.373,92	103,50%
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	73.859.878,77	85.004.036,25	115,09%	62.110.119,93	73,07%	82.229.028,19	132,39%	82.017.058,14	99,74%	81.689.519,62	99,60%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	71.673.028,88	73.069.394,68	101,95%	61.780.936,29	84,55%	81.013.820,88	131,13%	80.804.983,39	99,74%	80.482.285,34	99,60%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	73.729.242,74	76.867.550,52	104,26%	62.110.119,93	80,80%	82.229.028,19	132,39%	82.017.058,14	99,74%	81.689.519,62	99,60%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	73.633.843,46	76.554.141,51	103,97%	61.613.238,97	80,48%	80.994.953,37	131,46%	80.786.164,51	99,74%	80.463.541,61	99,60%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	73.859.878,77	85.004.036,25	115,09%	62.110.119,93	73,07%	82.229.028,19	132,39%	82.017.058,14	99,74%	81.689.519,62	99,60%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	71.673.028,88	73.069.394,68	101,95%	61.780.936,29	84,55%	81.013.820,88	131,13%	80.804.983,39	99,74%	80.482.285,34	99,60%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	73.729.242,74	76.867.550,52	104,26%	62.110.119,93	80,80%	82.229.028,19	132,39%	82.017.058,14	99,74%	81.689.519,62	99,60%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	73.633.843,46	76.554.141,51	103,97%	61.613.238,97	80,48%	80.994.953,37	131,46%	80.786.164,51	99,74%	80.463.541,61	99,60%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-1.960.814,59	-3.484.746,83	177,72%	167.697,32	-4,81%	18.867,52	11,25%	18.818,88	99,74%	18.743,72	99,60%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	-3.921.629,17	-6.969.493,67	177,72%	335.394,65	-4,81%	37.735,03	11,25%	37.637,76	99,74%	37.487,45	99,60%
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.064.664,70	5.281.300,71	255,79%	7.872.585,25	149,07%	6.654.877,54	84,53%	6.637.722,59	99,74%	6.611.214,57	99,60%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-12.886.293,26	-11.025.214,90	85,56%	-9.138.884,85	82,89%	-7.942.677,30	86,91%	-7.922.202,66	99,74%	-7.890.565,01	99,60%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.150.883,97	-2.021.114,06	175,61%	-570.503,95	-28,23%	-1.215.207,31	-213,01%	-1.212.074,75	99,74%	-1.207.234,28	99,60%

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.


AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE PANCAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	123.827.346,62	100,00%	114.570.707,11	100,00%	103.041.839,02	100,00%
TOTAL	123.827.346,62	100,00%	114.570.707,11	100,00%	103.041.839,02	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.


AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE PANCAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.094.725,03	11.136,61	5.671,67
Alienação de Bens Móveis	1.081.400,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.325,03	11.136,61	5.671,67
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	321.190,06	167.755,00	371.058,58
DESPESAS DE CAPITAL	321.190,06	167.755,00	371.058,58
Investimentos	321.190,06	167.755,00	371.058,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2023 (g) = ((Ia – II d) + III h)	2022 (h) = ((Ib – II e) + III i)	2021 (i) = (Ic – II f)
VALOR (III)	788.316,50	14.781,53	171.399,92

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.

Nota: Não há notas explicativas.


ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE PANCAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2025

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustraçao de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.

NOTA: Não há riscos fiscais previstos para o exercício de referência.


AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE PANCAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
						-

TOTAL

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.

NOTA: Não há previsão de Renúncia de Receita


AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE PANCAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema Informatizado E&L, Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/04/2024 e hora de emissão 12:30.
NOTA: A estimativa ocorrerá em compatibilidade com o crescimento da receita.